



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Prefeitura Municipal de Ouro Preto do Oeste

Proc. n.º 457184
fls. 02
[Assinatura]

LEI Nº 3

DE 18 DE JULHO DE 1.983.

"DISPÕE SOBRE A REGULARIZAÇÃO A TÍTULO DEFINITIVO DOS LOTES DA ÁREA URBANA DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE OURO PRETO DO OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

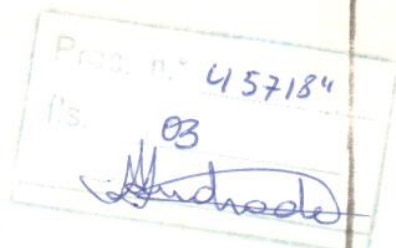
A EGRÉCIA CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO DO OESTE, POR UNANIMIDADE APROVOU E O PREFEITO MUNICIPAL, EXPEDITO RAFAEL GOES DE SIQUEIRA, SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - A Prefeitura do Município de Ouro Preto do Oeste procederá o levantamento dos lotes urbanos onde incidem benfeitorias realizadas por pessoas de direito público ou privado até 21 de setembro de 1.979, data da transcrição no Registro Público de Domínio da área urbana da cidade de Ouro Preto do Oeste, expedido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, identificando os lotes ocupados e seus respectivos ocupantes, determinando as características, o tipo, a localização, as dimensões e a destinação de uso das benfeitorias existentes.

Art. 2º - Estende-se os benefícios desta Lei aos ocupantes de lotes urbanos edificadas em conformidade com o Código de Obras do Município, cuja ocupação tenha sido regularmente conferida pela Prefeitura Municipal após 21 de setembro de 1.979.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Prefeitura Municipal de Ouro Preto do Oeste



Art. 4º - Procedidas a medição e a demarcação dos lotes e satisfeitas todas as exigências legais, o beneficiário poderá pleitear a Escritura Definitiva.

10% do ITU
Art. 5º - Institui-se, para efeito da expedição de títulos de que trata a presente Lei, a jôia variável de 1% a 5% (um por cento a cinco por cento), calculada sobre o valor da terra nua.

Art. 6º - O Executivo Municipal nomeará uma Comissão Especial de Avaliação de Terra Nua, levando-se em conta, para o cálculo do valor, entre outros, o critério de preços do mercado imobiliário.

Parágrafo Único - Na formação do valor de que trata este artigo, não se levarão em conta os benefícios particulares valorativos do imóvel.

Art. 7º - Existindo ocupação, permitida a qualquer título pela Prefeitura Municipal, não passível de regularização, mas com benfeitorias pertencentes à particulares, estas poderão ser arrecadadas pelo Município, que indenizará o ocupante pelas benfeitorias existentes.

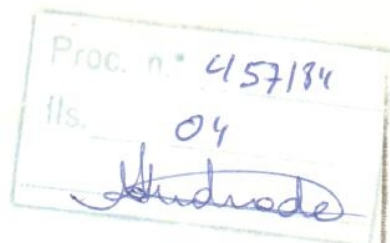
Parágrafo Único - Os ocupantes de lotes nas condições deste artigo, terão preferência para nova ocupação, no Município, de um lote, se possível, na mesma região.

Art. 8º - Os lotes urbanos não edificad^{construída}os, cuja ocupação tenha sido permitida a qualquer título, pela Prefeitura Municipal, serão, por ela arrecadados, não cabendo ao ocupante qualquer indenização nem direito sobre o solo, desde que não seja efetivamente concluída a construção no prazo de seis meses da data de publicação desta Lei.

Art. 9º - Poderá, a Prefeitura Municipal,



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Prefeitura Municipal de Ouro Preto do Oeste




Art. 10 - A Prefeitura Municipal baixará Decreto Normativo disciplinando a forma de processamento, bem como as exigências legais e administrativas para a regularização das terras ocupadas.

Art. 11 - Os beneficiários obrigam-se, desde logo, a pagar todos os impostos, taxas ou emolumentos que incidam ou venham a incidir sobre os lotes ocupados.

Art. 12 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento vigente para fazer às despesas decorrentes dos efeitos desta Lei.

Art. 13 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário. *Ex*


EXPEDITO RAFAEL GOES DE SIQUEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLIQUE-SE

EM, 18 - 07 - 83


PROTÓCOLO
DEPARTAMENTO DAS COMISSÕES PERMANENTES

PROTÓCOLO

LEI Nº 03183

RESOLUÇÃO Nº

DE REGULATIVO Nº

DATA 17/12/84 Nº 03184

Proc n.º 45718

fls. 05

Andrade

ENCAMINHA-SE AO DEPART. DAS COMISSÕES O PROCESSO PARA DEVIDAS PROVIDÊNCIAS

Em, 17/12/84

Andrade

DEPARTAMENTO DAS COMISSÕES PERMANENTES
CHEFE DE PROTOCOLO
Part. 024 12/12/84